



GOVERNO DE
PORTUGAL

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

criado pelo Despacho n.º 706-C/2014

(Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)



ÍNDICE

1. Mandato
2. Metodologia
3. Caracterização da educação especial
4. Resultados e propostas de melhoria
 - a) Referenciação, avaliação e planificação
 - b) Prestação de serviços de apoio especializado e de apoio à aprendizagem
 - c) Recursos humanos
 - d) Envolvimento das famílias e prestação de contas
 - e) Certificação, transição para a vida pós-escolar, empregabilidade e frequência do ensino superior
5. Conclusões

1. MANDATO

Despacho n.º 706-C/2014

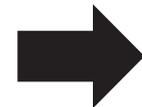
“(...) uma análise abrangente e sustentada da educação especial e das dimensões que mobiliza e implica que não se deve circunscrever a uma análise isolada de aspetos relacionados com a educação especial, mas ter também em consideração o contexto mais amplo do quadro de medidas de promoção do sucesso escolar oferecidas pelo sistema educativo.”

1. MANDATO

- Missão: “(...) desenvolver um estudo com vista à revisão do quadro normativo regulador da educação especial.”
- “(...) auscultação de especialistas, instituições do ensino superior, organizações representativas das instituições particulares, cooperativas e de solidariedade social de educação especial, dos docentes, dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, das pessoas com deficiência, dos pais e encarregados de educação, e outras com reconhecido trabalho desenvolvido na área da educação especial.”
- “(..) apresentação de um relatório com propostas de revisão do atual quadro normativo regulador da educação especial.”

2. METODOLOGIA

- Revisão de literatura nacional e internacional
- Revisão do quadro normativo relativo à educação especial e às medidas de promoção do sucesso educativo
- Levantamento de informação estatística sobre educação especial
- Entrevistas semi-diretivas
 - [Amostra](#)
- Análise de conteúdo
- Análise de frequências e formulação de propostas de melhoria



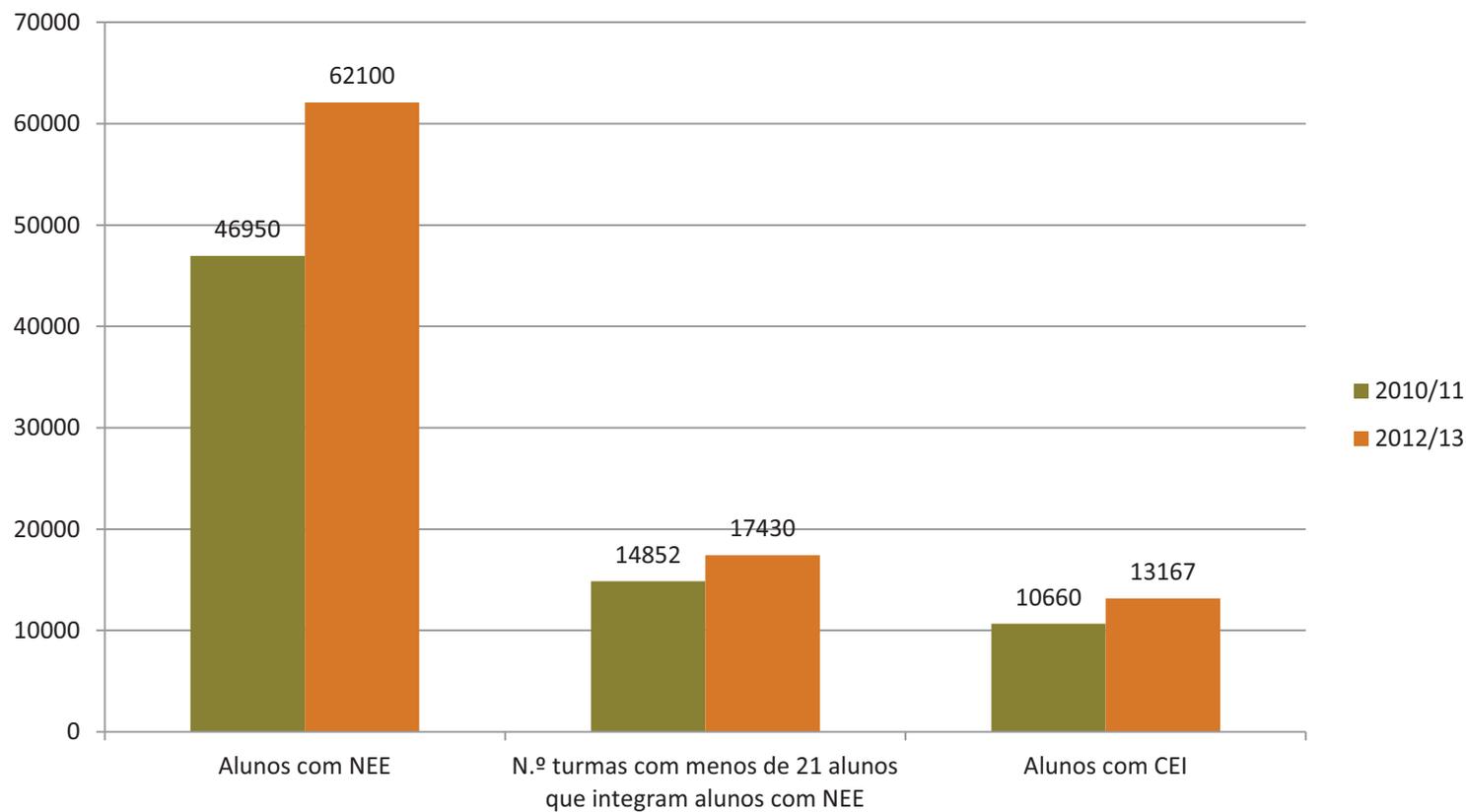
AMOSTRA

- 55 entidades
- 54 entrevistas
- 102 entrevistados

6 grupos

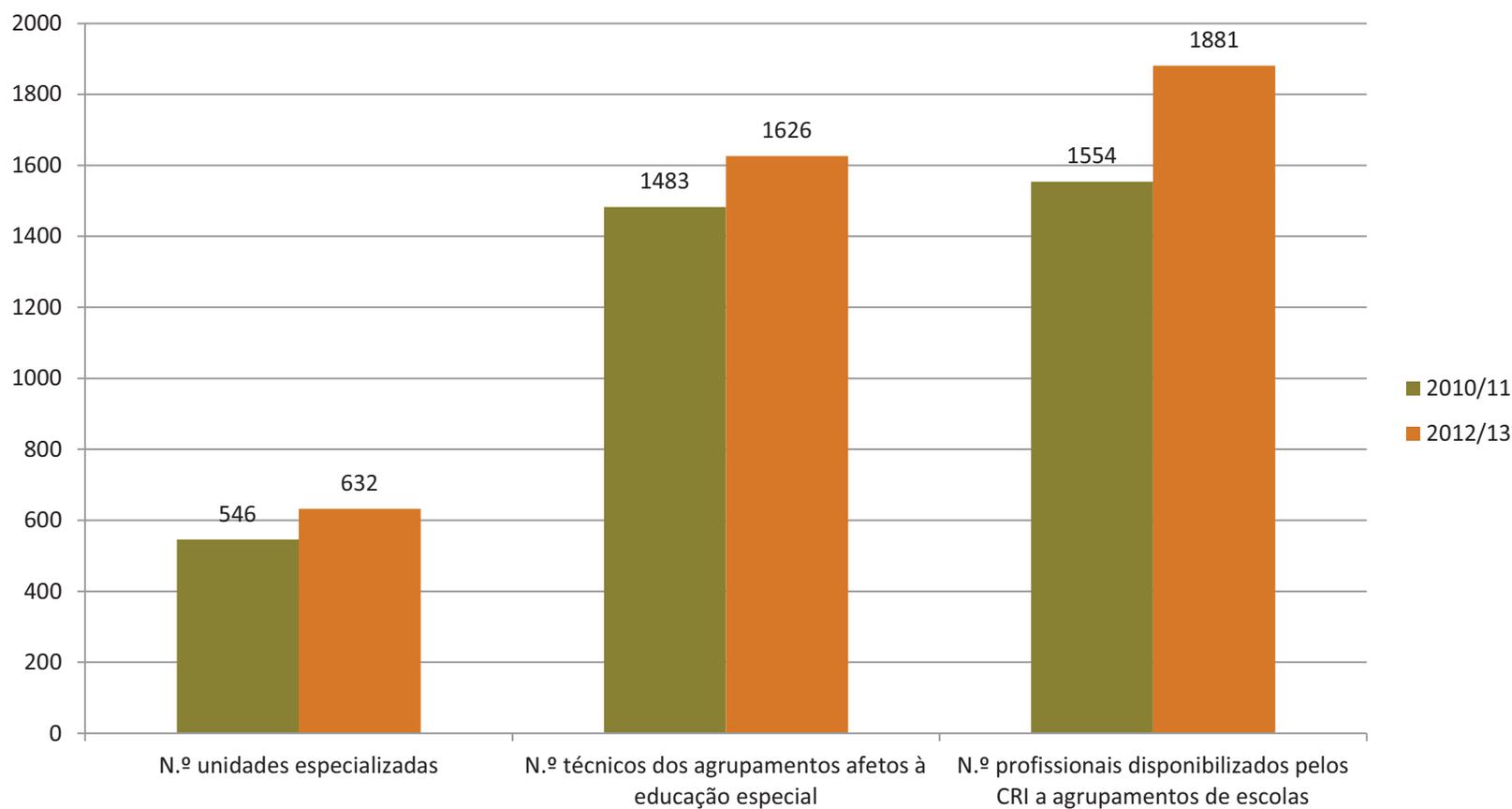
- Grupo 1: Representantes de pessoas portadoras de deficiência e representantes de pais e encarregados de educação
- Grupo 2: Representantes das organizações que apoiam crianças e alunos com deficiência e dos gestores de estabelecimentos escolares
- Grupo 3: Peritos de Instituições do Ensino Superior
- Grupo 4: Associações de natureza sindical e profissional
- Grupo 5: Administração Central
- Grupo 6: Outros

3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



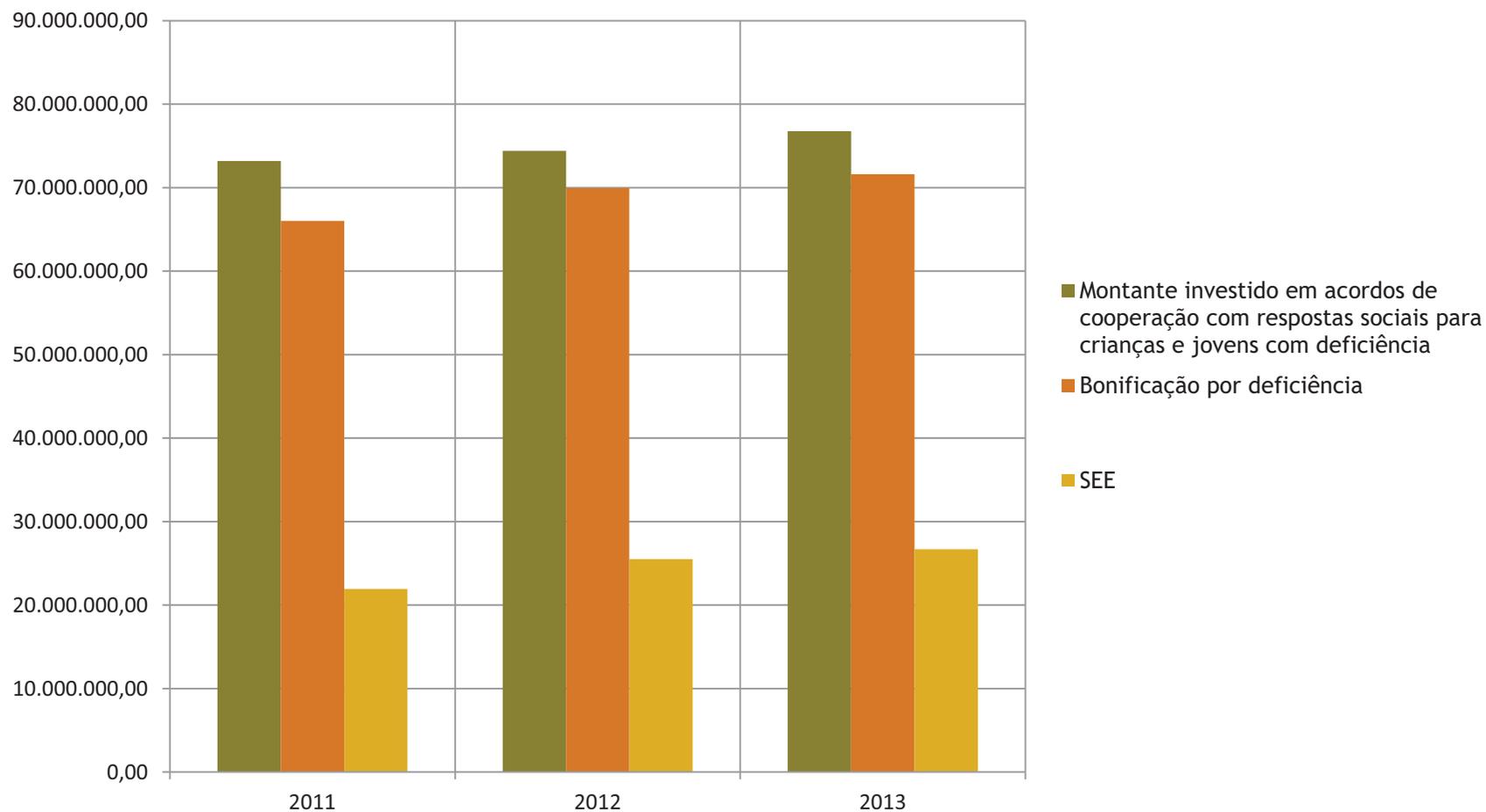
Fonte: DGEEC/MEC, 2014; DGESTE/MEC, 2014

3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Fonte: DGEEC/MEC, 2014; DGESTE/MEC, 2014

3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

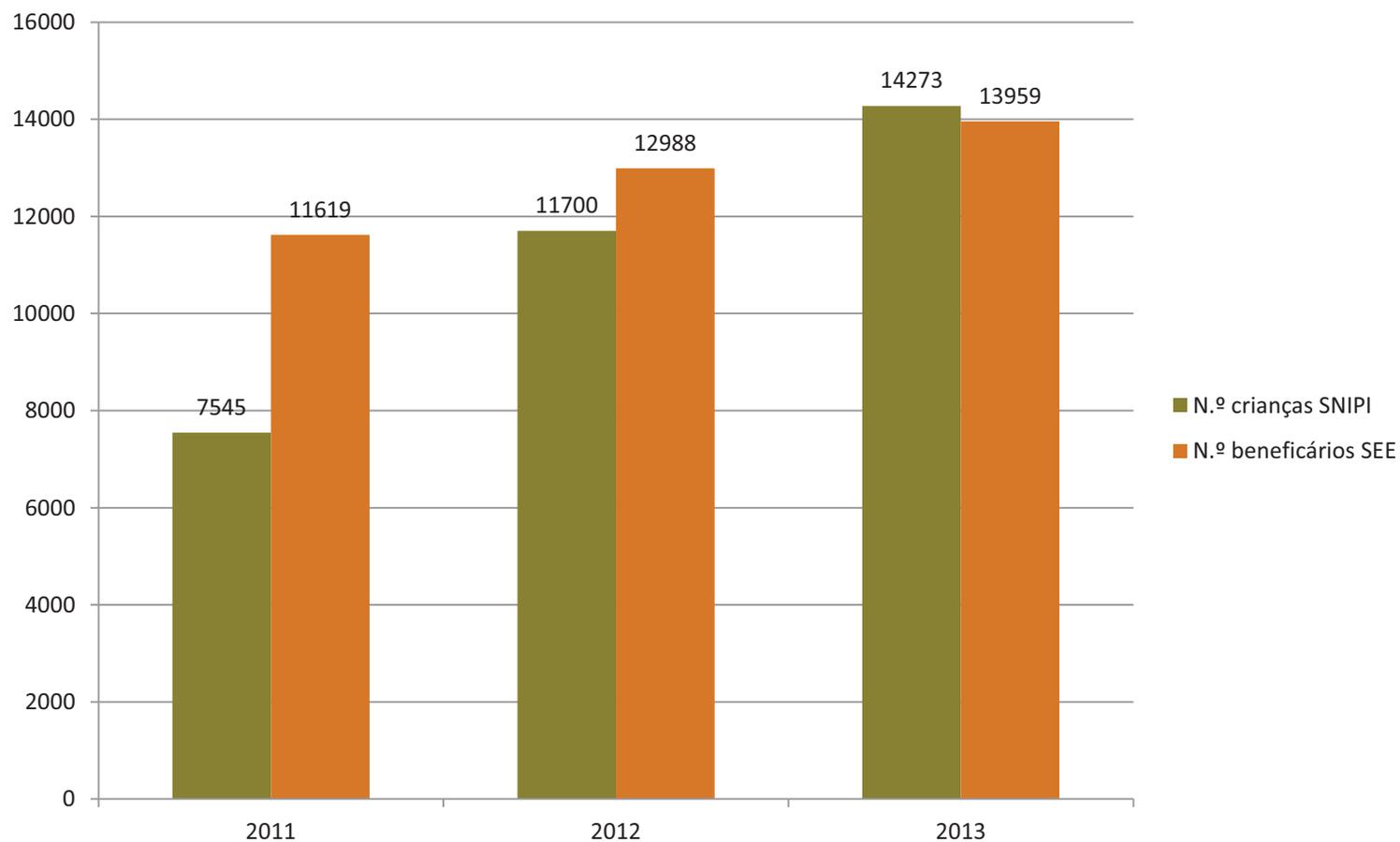


Fonte: Despesa: SIIF (Mapa 7.1. Controlo Orçamental - Despesa) e CDist do ISS, IP (apenas a 31.12), Acordos e utentes: SESS-Web Coop (2010-2013); CDist do ISS, IP (apenas a 31.12); SISS-Coop (2014), Dados sujeitos a atualizações

Fonte: Despesa: SIIF (Mapa 7.1. Controlo Orçamental - Despesa) e CDist do ISS, IP (apenas a 31.12), Acordos e utentes: SESS-Web Coop (2010-2013); CDist do ISS, IP (apenas a 31.12); SISS-Coop (2014), Dados sujeitos a atualizações

Fonte: Despesa: SIIF (Mapa 7.1. Controlo Orçamental - Despesa) e CDist do ISS, IP (apenas a 31.12), Acordos e utentes: SESS-Web Coop (2010-2013); CDist do ISS, IP (apenas a 31.12); SISS-Coop (2014), Dados sujeitos a atualizações

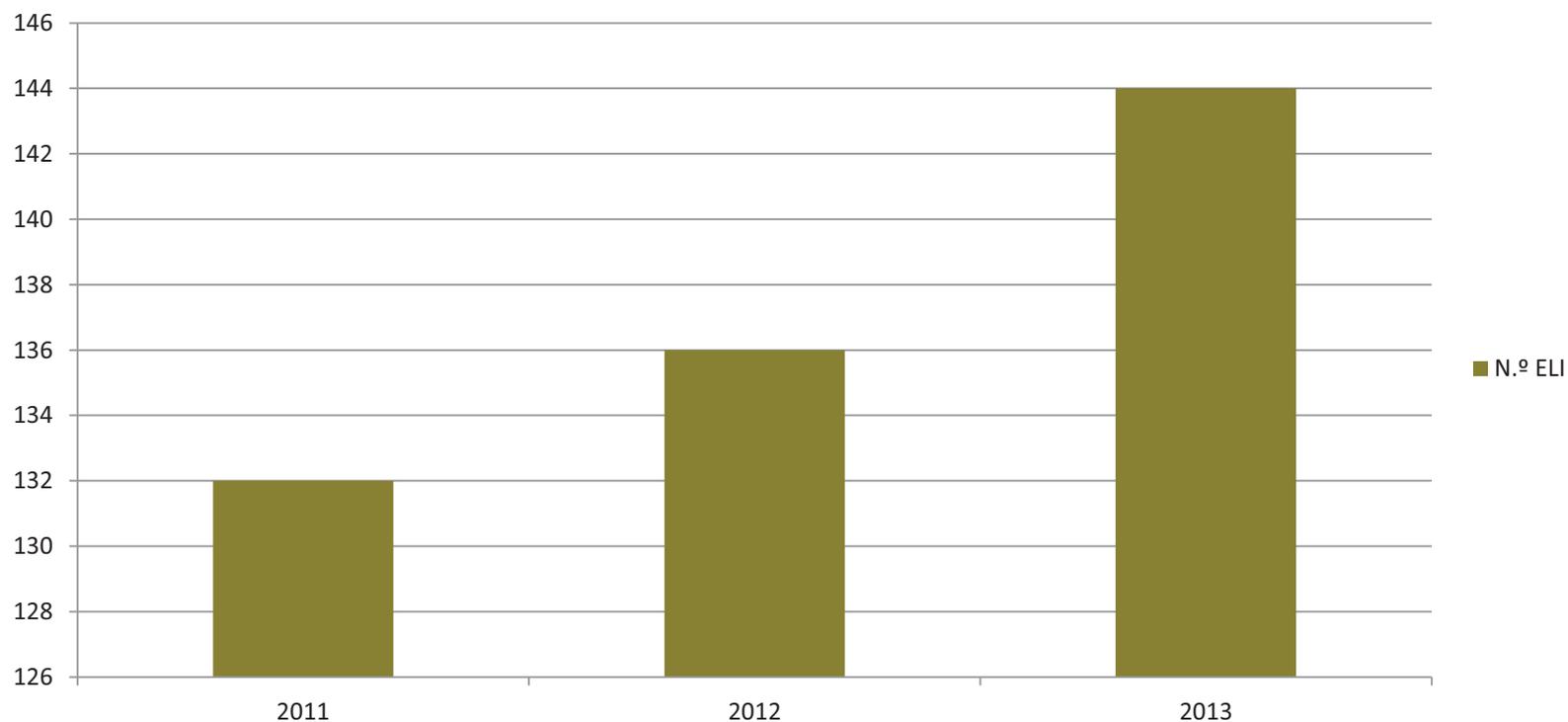
3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Fonte: ISS, I.P.

3. CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

N.º Equipas Locais de Intervenção/ SNIPI



Fonte: ISS, I.P.

4. Resultados e propostas de melhoria

Referenciação, avaliação e planificação 1/2

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
Falta de clareza nos conceitos associados à EE	<ul style="list-style-type: none"> •Manter o âmbito de intervenção dos serviços de educação especial, tal como prevê o Decreto-Lei n.º 3/2008, direcionando os apoios especializados para as crianças com alterações de carácter permanente nas estruturas e funções do corpo (criando respostas para os alunos com dificuldades na aprendizagem). •Adotar o modelo de Resposta à Intervenção (Response to Intervention) pautado por critérios de natureza pedagógica. •Promover articulação entre Educação, Saúde e Segurança Social no sentido de adotarem a CIF-CJ como referencial organizador das avaliações
Delimitação do âmbito da EE	
Critérios de elegibilidade pouco precisos/rigorosos	
Inadequação da CIF-CJ	
Falta de qualidade e exigência dos PEI e dos CEI	
Carácter restritivo CEI	
Desajuste Portaria 275-A/2012	

4. Resultados e propostas de melhoria

Referenciação, avaliação e planificação 2/2

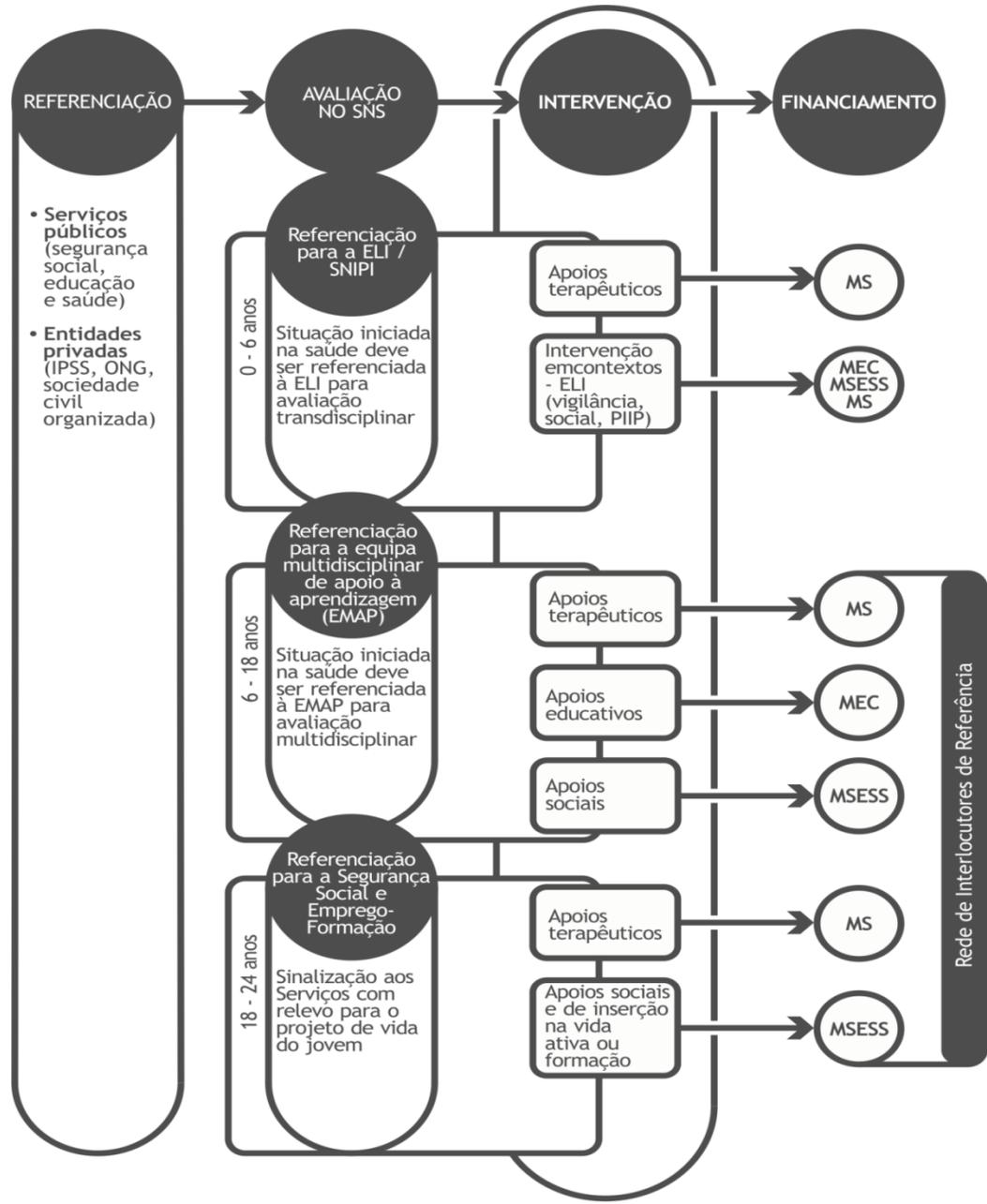
Ponto de partida	Propostas de Melhoria
	<ul style="list-style-type: none">• Suprir as dificuldades existentes na referenciação e avaliação dos alunos a apoiar pelos serviços de educação especial.• Criar orientações específicas para a definição e avaliação de Programas Educativos Individuais.• Criar uma figura intermédia entre as Adequações Curriculares Individuais e o Currículo Específico Individual.• Alterar a Portaria n.º 275-A/2012 integrando parte do seu conteúdo no novo normativo relativo à educação especial.

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO E DE APOIO À APRENDIZAGEM (1/4)

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
Subsídio de Educação Especial	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a articulação entre as tutelas da Educação, Saúde e Segurança Social no sentido de distinguir quais os apoios habilitativos com cabimento em meio escolar e quais os apoios de natureza terapêutica/ reabilitativa que deverão ocorrer noutros contextos mais apropriados. • O Subsídio de Educação Especial (SEE), no âmbito das competências e atribuições do MSESS, deverá ser revisto. Há necessidade de envolver o Serviço Nacional de Saúde na identificação, avaliação e acompanhamento das necessidades de apoio terapêutico das crianças e jovens.
Funcionamento das Unidades de Apoio Especializado	
Apoios aos alunos com problemáticas de alta incidência e baixa intensidade/ dificuldades na aprendizagem	
Desatualização e dispersão legislativa	

Organizar os recursos e a intervenção das diferentes tutelas envolvidas (Educação, Saúde, Segurança Social e Emprego);



4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO E DE APOIO À APRENDIZAGEM 2/4

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
	<ul style="list-style-type: none">• Rever a vigência dos Planos de Ação dos CRI para crianças e jovens com NEE de carácter permanente prolongando-os para dois ou três anos letivos, sem prejuízo de se alterar a tipologia dos apoios, sempre que tal se justifique.• Rever os critérios de financiamento dos CRI no sentido de flexibilizar a gestão dos recursos humanos disponíveis e garantir o funcionamento destes serviços nas interrupções letivas.• Rever o modelo de intervenção dos CRI orientando a sua ação para o apoio direto aos alunos que frequentam UAE e PIT e para o apoio indireto mediante a formação e aconselhamento aos docentes, assistentes operacionais e famílias.

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO E DE APOIO À APRENDIZAGEM 3/4

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
	<ul style="list-style-type: none">• Proceder à avaliação externa das UAE e definir critérios de referenciação de alunos, de gestão da qualidade, de organização e de funcionamento.• Disponibilizar formação sobre didática e dificuldades na aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, aos docentes da educação pré-escolar e do ensino básico.• Criar estruturas multidisciplinares de apoio à aprendizagem responsáveis pela avaliação, planeamento e implementação de medidas educativas de melhoria dos resultados dos alunos, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Saúde e Segurança Social.

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ESPECIALIZADO E DE APOIO À APRENDIZAGEM 4/4

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar os apoios na aprendizagem nos primeiros anos de escolaridade que permitam acionar mecanismos de identificação e superação das dificuldades na aprendizagem.• Organizar respostas educativas diferenciadas, distintas das previstas na educação especial, para alunos com insucesso repetido e com baixos níveis de realização académica.• Integrar num diploma único as medidas de promoção do sucesso escolar e de apoio na aprendizagem, de modo a criar um sistema de apoio materializado em equipas multidisciplinares.

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

RECURSOS HUMANOS 1/2

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
Levantamento de necessidades	<ul style="list-style-type: none"> •Antecipar o levantamento de necessidades e o processo de autorização de recursos técnicos especializados. •Rever os currículos da formação inicial e especializada de docentes. •Promover ações de formação contínua transversal aos docentes com particular incidência aos docentes de educação especial e assegurar que a formação especializada é devidamente acreditada pela A3ES e integra componentes práticas no contexto real de trabalho em educação especial.
Formação de docentes e técnicos	
Recrutamento de docentes e técnicos	
Supervisão/ avaliação	

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

RECURSOS HUMANOS 2/2

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
	<ul style="list-style-type: none">•Promover ações de formação para assistentes operacionais no domínio da educação especial e das alterações de comportamento.•Promover ações de sensibilização/ informação aos diretores de agrupamento e coordenadores de departamento sobre educação especial.•Melhorar a gestão do crédito horário atribuído às escolas de modo a que sejam priorizados os apoios na aprendizagem.•Considerar na distribuição de serviço docente o apoio a docentes invisuais, nas tarefas pedagógicas.

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
Envolvimento dos diretores, DT e docentes	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de sensibilização, informação e formação no âmbito da educação especial, dirigidas às famílias, associações de pais e associações de estudantes, de iniciativa das escolas. • Incrementar a participação dos pais na elaboração e avaliação dos Planos Educativos Individuais e dos Currículos Específicos Individuais. • Desenvolver um sistema nacional de indicadores de qualidade da educação especial.
Falta de comunicação entre escolas e famílias	

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

CERTIFICAÇÃO, TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR, EMPREGABILIDADE E FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR 1/2

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
Certificação do percurso educativo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um sistema de avaliação alternativo para alunos que frequentam um CEI e permitir a realização diferida de provas finais e exames no ano em que estiver apto a fazê-los, independentemente da sua idade. • Adequar a oferta formativa às capacidades e interesses dos jovens com NEE. • Criar um novo modelo de diploma/ certificado que identifique de forma clara quais as disciplinas em que o aluno seguiu (ou não) o currículo comum, quais os conhecimentos e capacidades adquiridos de modo a permitir uma melhor inserção na vida pós-escolar e no mercado de trabalho.
Avaliação da aprendizagem	

4. RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

CERTIFICAÇÃO, TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR, EMPREGABILIDADE E FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR 2/2

Ponto de partida	Propostas de Melhoria
Encaminhamento para o ensino profissional	<ul style="list-style-type: none">• Recomendar às escolas que anualmente informem os centros distritais do ISS, I.P. e as delegações regionais do IEFP da oferta ocupacional/formativa mais adequada aos jovens que no ano seguinte concluirão a escolaridade obrigatória.• Reforçar a rede de Centros de Atividades Ocupacionais.



5. CONCLUSÕES

1/2

- Rever e atualizar o quadro normativo relativo à educação especial (Decreto-Lei n.º 3/2008; Decreto-Lei n.º 21/2008; Portaria n.º 1102/97 e n.º 1103/97; Portaria n.º 275-A/2012; Decreto-Lei n.º 281/2009; Decreto Regulamentar n.º 14/81).
- Harmonizar critérios de elegibilidade e conceitos (Necessidades Educativas Especiais Permanentes/ Temporárias; Apoios Especializados, Dificuldades de Aprendizagem Específica), simplificar e flexibilizar procedimentos.
- Reforçar os mecanismos de **prevenção** e de intervenção atempada perante os primeiros sinais de dificuldade na aprendizagem (estruturas multidisciplinares).
- **Atualizar a formação** inicial, contínua e especializada dos docentes sobre necessidades educativas especiais, dificuldades na aprendizagem, diferenciação pedagógica e tecnologias de apoio.

5. CONCLUSÕES

2/2

- Reforçar o **acesso** e a **qualidade** dos apoios de natureza habilitativa/educativa (diagnóstico e intervenção mais atempada; intervenção precoce nos saberes fundamentais, estruturas multidisciplinares, formação dos recursos humanos) e dos apoios de natureza reabilitativa/ terapêutica (clarificação do âmbito de ação de cada ministério; redefinição do modelo de intervenção dos Centros de Recursos para a Inclusão).
- Necessidade de **organizar os recursos e a intervenção** das diferentes tutelas envolvidas (Educação, Saúde, Segurança Social e Emprego).
- **Rever o quadro regulador** do Subsídio de Educação Especial (SEE), no âmbito das competências e atribuições do MSESS e envolver o Serviço Nacional de Saúde na identificação, avaliação e acompanhamento das necessidades de apoio terapêutico das crianças e jovens que atualmente beneficiam do subsídio de educação especial.
- **Atualizar a formação** inicial, contínua e especializada dos docentes.